Terceira Parte - Espaços e paisagens urbanas:
Gênese, intervenções e representações
**Capítulo 9 - A estrutura fundiária e a gênese
dos espaços urbanos**

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. A estrutura fundiária e a gênese dos espaços urbanos.
In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*
[online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp.
430-459. ISBN: 978-85-423-0307-0.

<https://doi.org/10.7476/9788542303070.0015>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A GÊNESE DOS ESPAÇOS URBANOS

As primeiras análises acerca da gênese das cidades de Minas Gerais datam das décadas de 1940 e de 1950. Nestes estudos, destaca-se o papel desempenhado pelos edifícios religiosos na formação dos arraiais: as capelas e igrejas são consideradas como centros de polarização da vida social e, em certos casos, como o elemento gerador do espaço urbano.

Pode-se notar, nestes textos, uma real preocupação em determinar a causa primeira do fenômeno urbano: o processo de urbanização teria sido iniciado por necessidades de ordem espiritual ou material? Para alguns autores, a primazia deve ser atribuída à função religiosa. Segundo eles, era a construção de uma primeira capela, pelos pioneiros, que atraía novos moradores; o comércio e as outras atividades urbanas, responsáveis pelo desenvolvimento da localidade, seriam, portanto, uma consequência desta função primordial. Segundo outros autores, a população teria, ao contrário, erguido igrejas e habitações em lugares que já possuíam uma função comercial, ou seja, nas proximidades dos *pousos*, situados ao longo das estradas, e dos *ranchos*, onde se reuniam os tropeiros.¹

Trata-se de uma questão complexa: é muitas vezes impossível identificar, com total certeza, o elemento determinante de tal transformação demográfica (o adensamento populacional) que permite o nascimento e o crescimento das cidades. No caso de Minas Gerais, veremos que o desenvolvimento das suas vilas e arraiais é o resultado de uma convergência de fatores, de ordens diversas.

Em seu estudo sobre o abastecimento da capitania, publicado em 1951, Mafalda Zemella faz uma crítica discreta às asserções e generalizações, feitas sem base empírica consistente, pelos seus predecessores. A autora sugere que a verdade estaria mais próxima de uma combinação de ambas as funções – religiosa e comercial – e sinaliza a existência de uma variedade de situações e contextos históricos. Segundo Zemella, seria necessário realizar um grande número de monografias urbanas para elucidar a questão.²

Com efeito, nas décadas de 1950 a 1970, alguns estudos monográficos contribuíram de forma considerável para a compreensão do fenômeno urbano em Minas – especialmente os trabalhos de Sylvio de Vasconcellos sobre Vila Rica e sobre o arraial do Tijuco.³ Nesta época, ele produziu também textos de síntese que afirmam a importância da organização eclesiástica e, sobretudo, da religiosidade dos habitantes (com destaque para o papel das irmandades) no processo de formação dos espaços urbanos mineiros.⁴

Contudo, como notaram outros autores,⁵ os trabalhos de Vasconcellos, cuja importância é inegável, mal tocam na questão fundiária, que é absolutamente essencial para a compreensão do fenômeno urbano – qualquer que seja o contexto geográfico e histórico da cidade ou da rede urbana estudada. Afinal, a fixação das populações em uma determinada região, o caráter mais ou menos denso dos núcleos de povoamento, assim como as possibilidades de desenvolvimento dos mesmos dependem, em larga medida, das modalidades de acesso a terra.

Com efeito, ao abordar tal aspecto, somos imediatamente obrigados a relativizar uma ideia onipresente nos estudos sobre a urbanização mineira: o caráter “espontâneo” do povoamento. Os exemplos analisados levam a uma constatação que convém enfatizar desde já: os arraiais nunca foram fruto de “gerações espontâneas”, já que eles não podiam “brotar” em qualquer terreno. Como já foi explicitado, o termo “espontâneo” foi empregado neste estudo somente para distinguir as iniciativas de povoamento e de criação de povoados empreendidas pelos colonos, dos “atos fundadores” realizados por agentes do poder régio (governadores, ouvidores).

Foi somente em épocas mais recentes que a questão fundiária começou a despertar o interesse dos estudiosos da história urbana brasileira.⁶ Murillo Marx apoiou-se em antigos estudos realizados pelos geógrafos franceses Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig para lembrar a importância da constituição das “fábricas” (os patrimônios fundiários) das capelas na formação das cidades, sobretudo nas zonas rurais do Brasil.⁷ Num dos seus textos, o autor reconhece a especificidade das estruturas fundiárias nas regiões auríferas – oriundas do sistema de concessão de datas minerais –, mas sugere que os patrimônios religiosos foram igualmente importantes na gênese das povoações mineradoras, tendo, ali também, servido para “acolher e agregar gente”.⁸ De fato, como veremos adiante, há dados que confirmam esta hipótese: alguns patrimônios religiosos foram constituídos nos tempos iniciais da ocupação das terras minerais e desempenharam um papel na formação do arraial.

Outros indícios, mais numerosos, indicam que a estrutura fundiária condicionou fortemente a gestão dos espaços urbanos das vilas pelas câmaras. Cabe lembrar que, ao contrário de outras regiões do Brasil, uma parte considerável dos fundos manuscritos dos arquivos municipais mineiros pôde ser conservada, o que torna possível a realização de estudos aprofundados sobre a estrutura da posse de terrenos e até mesmo sobre o mercado imobiliário nas cidades coloniais. Não temos, evidentemente, a pretensão de esgotar tais assuntos no presente estudo – tanto devido ao volume e à dispersão dos arquivos municipais, quanto à complexidade dos temas associados à questão fundiária. Nossa análise se apoiará, essencialmente, em documentos referentes a disputas pela posse e uso das terras situadas no interior ou nas proximidades das povoações, pois tais conflitos são reveladores dos diferentes “poderes” presentes na cena urbana e dos interesses políticos e financeiros em jogo. Assim, tomando como fio condutor a formação da estrutura fundiária, abordaremos, num primeiro momento, o processo de gênese dos arraiais para, em seguida, analisarmos o processo de constituição dos rossios – os patrimônios fundiários das municipalidades – e suas formas de gestão pelas câmaras.

Já estudamos a distribuição espaço-temporal dos arraiais em relação às principais atividades econômicas que lhes deram origem – mineração e agropecuária. Ora, tais atividades produzem

estruturas fundiárias bastante distintas: de um lado, as datas minerais; de outro, as sesmarias. Convém, portanto, observar de que maneira estes dois tipos de concessão são conjugados aos patrimônios religiosos na estruturação da propriedade fundiária urbana.

Em primeiro lugar, estudaremos exemplos de aglomerações fundadas em regiões agrícolas e, em seguida, os arraiais que se formaram em zonas diretamente ligadas à extração aurífera. Em ambos os casos, a gênese das povoações é marcada por conflitos entre os proprietários de terras e a população que pretende se instalar perto das capelas e igrejas paroquiais.

A FORMAÇÃO DOS ARRAIAIS NAS ZONAS AGRÍCOLAS

FAZENDAS E PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS

Desde o início do século XVIII, muitas fazendas surgiram em torno dos polos mineradores. Boa parte delas situava-se ao longo das estradas que ligavam os diversos centros de extração aurífera – em particular, os grandes caminhos que conduziam ao Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Bahia. Alguns fazendeiros, instalados nos pontos mais estratégicos destas estradas, tornavam-se proprietários de pousos e de comércios (que serviam aos viajantes e tropeiros) e, em certos casos, permitiam a formação de pequenos arraiais em suas terras.

Em 1749, o português Caetano da Costa Matoso empreendia uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica, onde tomaria posse do cargo de ouvidor. Em seu percurso, o magistrado visitou vários estabelecimentos deste tipo, aos quais se referiu através de diferentes denominações: “aldeias”, “ranchos”, “sítios”, “povoações”. Costa Matoso pôde então observar que as rústicas construções que compunham tais núcleos de povoamento sempre pertenciam a um mesmo proprietário, que tirava proveito destas pequenas concentrações humanas. No caso do sítio de Matias Barbosa, a situação era ainda mais vantajosa, devido à presença do registro das entradas:

Cheguei pelas onze e meia (...) a um sítio a que chamam Matias Barbosa (...); é sítio com bastantes acomodações para bestas de carga, ainda para gente muito pouca, nele está um clérigo

que administra, e me seguraram render ao dono (...) três para quatro mil cruzados. Nestas casas deste sítio, ou aldeia, que têm a diferença de serem cobertas de telha, está posto o registro do contrato das entradas das fazendas que por esse caminho vão para as Minas (...). O dono dá de graça as casas desta fazenda para ele [o registro] estar, pela grande conveniência que lhe faz o estar aqui, porque não passam cargas que aqui não parem e descarreguem, e por isso destinam a jornada a ficar neste sítio, e assim é certa a despesa, e o lucro para o dono da fazenda.⁹

No “Mapa da Comarca do Rio das Mortes”, feito pelo militar José Joaquim da Rocha, estão assinalados com clareza vários locais que Costa Matoso visitou. A aparência destes núcleos era, basicamente, sempre a mesma:

Passei o sítio da rocinha do Alcaide-mor com duas choupanas, e em mais de meia légua e em menos, cheguei à roça do Alcaide-mor, que tinha uma dúzia de choupanas, todas no serviço do mesmo dono (...) e continuando por diante, junto a um ribeiro e no fim de uma maior descida, estava a rocinha de Antônio Moreira, com meia dúzia de palhoças e ranchos de cargas, e continuando adiante (...) à margem do dito rio Paraibuna (...) estava um sítio chamado o Queirós, o qual tem este nome do edificador. Assim como todos os mais sítios, tem meia dúzia de choupanas, todas do dono, e um rancho, uma de telha menos má, em que me acomodei e minha família, com sua capelinha, a mais asseada das que vi (...).¹⁰

(...) cheguei a uma baixa, junto de um ribeiro aonde chamam o Engenho, em cujo lugar achei bastantes casas de palha e algumas acomodações, e uma de telha menos má, ainda que não boa, e uma ermida, que serve de freguesia¹¹ (...) daí vim seguindo quase a noroeste e passei por outra baixa, chamada Pedro Álvares, em que [há] umas melhores casas, ainda que térreas, com sua ermida e outras mais choupanas e acomodações, e junto ao caminho um moinho de milho e outro de mandioca, com engenho de água; daqui a pouca distância passei a sua rocinha, com três choupanas; e daí a meia légua cheguei, pelo meio-dia, a uma roça chamada de João Gomes (...). Neste sítio fiquei não mal acomodado; tinha suas casas sofríveis, ainda que térreas, e outras mais choupanas do serviço; dois ranchos e sua ermida.¹²

Nesses lugares, o ouvidor encontrara, portanto, roças, abrigos e ranchos para “passageiros” e, muitas vezes, uma pequena capela. Não é certo que estas ermidas rústicas, assim como as casas,

“choupanas” e “palhoças” em torno, tenham sido construídas sobre um patrimônio religioso, pois a doação oficial de terras ao santo patrono de uma capela não se fazia de forma sistemática. Com efeito, no início do século XIX, o bispo de Mariana constatava que muitas destas ermidas rurais não tinham “títulos”, ou seja, não haviam sido institucionalizadas por uma autoridade episcopal e, provavelmente, não dispunham de terreno próprio. Era o caso, por exemplo, das mencionadas capelas dos sítios de João Gomes e Pedro Álvares, conforme consta no relato de Dom Frei José da Santíssima Trindade.¹³

Em muitos casos, os proprietários de sesmarias doavam o patrimônio para a capela já prevendo a organização futura de uma povoação.¹⁴ Mas não era raro que tais doações fossem oficializadas em época posterior à formação dos arraiais. Dentre os diversos exemplos citados por Waldemar de Almeida Barbosa, examinemos o da “aplicação de Nossa Senhora da Ajuda de Três Pontas”. Segundo os títulos de sesmaria estudados pelo autor, a capela e seu pequeno arraial já existiam em 1793. Porém, foi somente em outubro de 1794 que o capitão Bento Ferreira de Brito, “português, natural de São João de Brito, termo da Vila Guimarães, arcebispado de Braga”, torna efetiva a constituição do patrimônio da capela, assinando o ato de doação e de delimitação do terreno “de meia légua de terras em quadra para logradouro do arraial que fundaram”.¹⁵

Notemos que, no século XVIII, a palavra “logradouro” podia se referir a dois tipos de espaços:

Campo público de uma vila, ou lugar, onde todos podem mandar pastar o gado. Os Baldios são o logradouro do Concelho, sem sua licença os de fora não os podem lograr (...). Também há logradouros de particulares, e é o chão que cada qual tem diante de suas casas para suas esterqueiras, ou outro cômodo, neste sentido se diz uma casa com suas pertenças e logradouros.¹⁶

O termo vem do verbo “lograr”, “estar de posse e ter o uso dela”.¹⁷ No caso do arraial de Três Pontas, a doação do patrimônio da capela serviu, portanto, para institucionalizar uma estrutura fundiária preexistente, tornando legítima a construção de ruas e casas, com seus quintais, em terrenos que eram originalmente destinados a usos agrícolas. Se, posteriormente, o arraial era elevado à vila, o espaço da povoação, correspondente ao patrimônio

religioso, poderia ser englobado por outro tipo de estrutura fundiária – o “logradouro do concelho” – que em Minas chamava-se também *rossio*, e que estudaremos no capítulo seguinte.

CONFLITOS DE INTERESSES

Outros exemplos demonstram que alguns fazendeiros impunham suas condições ao doarem terras para constituição dos patrimônios religiosos. Em certos casos, os interesses particulares dos proprietários podiam adiar ou até mesmo impedir a formação dos arraiais.

A primeira capela de Baependi foi erguida no início do século XVIII por Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, natural da Ilha da Madeira. Em 1723, o bispo do rio de Janeiro criava a paróquia, a qual, em 1752, seria transformada em freguesia colada. Nesta época, os habitantes decidiram construir uma nova igreja, em local mais apropriado, do outro lado do Rio Baependi. Segundo os dados compilados por Waldemar de Almeida Barbosa, em 1754 o português Luiz Pereira Dias, originário da Ilha Terceira, teria cedido um terreno para a construção da matriz “e para o arraial livre e franco”.¹⁸ Contudo, nas memórias municipais de Baependi produzidas no século XIX, os habitantes da localidade não aparecem como totalmente “livres”, pois tinham que se submeter a várias regras estabelecidas pelo doador Luiz Pereira. Este havia mandado medir e demarcar o território do arraial, lembrando que as terras circunvizinhas continuavam a lhe pertencer. Decidira também que ele seria o único autorizado a cultivar roças nas imediações e a possuir “ranchos de passageiros”: os terrenos cedidos aos habitantes só poderiam servir para a construção de “moradas de casas e quintais”. Por outro lado, ele autorizara a abertura de “tendas de ofícios” bem como de “lojas e vendas de molhados” no interior do arraial, provavelmente para poder vender as produções de suas fazendas.¹⁹

Como se vê, a formação de um arraial podia ser muito útil aos fazendeiros, pois permitia a constituição de um pequeno mercado consumidor que, apesar de modesto, era bem prático, por se situar bem ao lado das suas roças. Além disso, estas povoações atraíam os viajantes que ali paravam para se abastecer de víveres e para solicitar serviços de oficiais mecânicos (ferreiros, seleiros). Convém lembrar que por Baependi passava um importante caminho, que ligava São Paulo a São João del-Rei e a Vila Rica.

Assim, a constituição dos arraiais dependia, em grande parte, da vontade dos proprietários: os que já tinham um mercado para os seus produtos certamente não tinham interesse em que fossem criadas povoações em suas terras. No relatório das visitas pastorais do bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade, encontramos um bom exemplo desta situação. Em 1824, ele constatava que a capela de São Bento do Campo Belo, situada na zona limítrofe das paróquias de Carrancas e Lavras do Funil, já não era servida por um capelão há cinco anos. Segundo as informações recolhidas pelo dignitário, uma das principais razões do “silêncio desta dita capela” era o fato de estar “encravada em terras de uma fazenda denominada Campo Belo”, cujos proprietários procuravam evitar que a ermida se tornasse muito frequentada: “os possuidores dela temem a sua frequência por não se verem na precisão do aldeamento e povoação do lugar”.²⁰

Neste caso, os antigos aplicados da capela tiveram que se conformar com a decisão dos fazendeiros, mesmo se isso os obrigava a percorrer entre sete e nove léguas para buscar o “pasto espiritual” nas matrizes de Carrancas ou de Lavras – o que correspondia ao dobro da distância que os separava da pequena ermida de Campo Belo.²¹ Em outros lugares, todavia, os habitantes se mostraram menos resignados e enviaram petições a Lisboa pedindo a intervenção da Coroa.

Em 1802, os moradores “aplicados da capela de Nossa Senhora de Nazaré, freguesia da Vila de São João del-Rei” solicitam a mediação da metrópole a fim de constituir um arraial em torno da capela. Esta havia sido consagrada em 1736 pelo vigário da cabeça da comarca e se situava no interior de uma fazenda. Examinemos os argumentos apresentados pelos peticionários:

É o povo, aplicado da dita capela, numeroso (...). Ela é situada em uma larga e dilatada campina, é bastante grande e suntuosa, e bem paramentada, suprida à custa dos povos da aplicação, mas sofrendo estes o desgosto de que o terreno da mesma está situado em terras de terceiro, o qual não consente se façam casas, cômodos, ou ranchos, de que tanto se precisam para os suplicantes que das suas fazendas e lavras vão distantes léguas a satisfazerem os divinos preceitos, não tendo onde mudar os vestuários para decentemente assistirem no templo, homens, mulheres, nem parte onde possam recolher as suas montadas (...).

(...) atendendo à utilidade pública, e o que pode resultar aos Reais interesses de S. Alteza Real criando-se o arraial no território e plano terreno que ocupa a Igreja, edificada de muitos anos na Aplicação de Nossa Senhora de Nazaré, ricamente paramentada e ornada por dentro e por fora, e cercada com um adro de pedra, e que virá a ser um dos mais populosos da comarca, pelo avultado número de aplicados e escravaturas destes, que a fazem rendosa ao Reverendo Pároco e seus Capelães, podendo sustentar casas de negócio de fazenda seca, comestíveis e víveres do Reino, e da terra, o que até agora se não tem frequentado por estar a dita Igreja edificada numa fazenda de cultura particular, mas sustentada pelos povos da Aplicação, e outros que concorrem da Romaria ao dito lugar em várias ocasiões, mas com proibição de levantarem casas em o referido terreno pelos fazendeiros.²²

Os suplicantes desejavam o apoio da Coroa para ocupar os terrenos em torno da capela, após a avaliação, a delimitação das terras e o pagamento do preço justo ao proprietário. Para justificar seu pedido, eles tentavam provar que a população de Nazaré era abastada e tinha grandes dificuldades em chegar ao local de culto; destacavam, ainda, que a capela estava em conformidade com as regras estabelecidas pelo Arcebispado da Bahia – entre outras qualidades, a ermida tinha um adro e era bem ornamentada.

Não há razões para duvidar dos argumentos, de ordem prática e religiosa, apresentados pelos peticionários. Mas é bem provável que sua principal motivação fosse de natureza econômica: é preciso lembrar que o sítio da capela de Nazaré²³ – e do futuro arraial – era bastante favorável ao comércio, pois se situava às margens da estrada do Rio de Janeiro. Portanto, é possível que a recusa do proprietário se explique pela vontade de conservar para si este ponto estratégico, ao invés de abri-lo à concorrência dos fazendeiros da vizinhança.²⁴

Não foi possível apurar quais foram as decisões tomadas a respeito do pedido dos habitantes de Nazaré. Por outro lado, dispomos de dados referentes a outros conflitos em que as autoridades metropolitanas tiveram que intervir. Um deles diz respeito a uma localidade do termo de São José. Em uma carta de 7 de abril de 1745, o rei de Portugal pedia ao governador Gomes Freire que fizesse uma advertência à câmara da vila, pois esta havia ultrapassado suas atribuições ao conceder um terreno de meia légua em quadra, no distrito de Santana de Paraopeba, a

Manuel Teixeira e Manuel Machado. Os dois fazendeiros eram os administradores da capela de Santana, situada em uma das extremidades de suas propriedades. A nova concessão lhes permitia tomar posse das terras que circundavam a capela, impedindo assim que os aplicados ali se instalassem e abrissem lojas ou vendas sem sua autorização.²⁵

Uma vez mais, emerge a questão da localização dos estabelecimentos comerciais, que parece ter sido decisiva no processo de gênese dos arraiais. O exemplo a seguir oferecerá mais detalhes sobre tais aspectos fundiários e econômicos.

O CASO DO ARRAIAL DA IGREJA NOVA

O exemplo mais documentado de que dispomos concerne à zona da Borda do Campo. A paróquia de Nossa Senhora da Piedade foi instituída em 1726, em uma capela modesta, situada junto ao Caminho Novo. Os fregueses decidiram construir uma nova matriz “em sítio conveniente, de grandeza proporcionada e decência devida”, tendo em vista o fato de que todas as capelas da região eram pequenas e situadas em terrenos de particulares.²⁶ O bispo do Rio de Janeiro estava, então, de passagem pela região e, a pedido dos habitantes, escolheu um local apropriado para a nova igreja.

Todavia, ao que parece, somente em 1743 o projeto começou a se concretizar. Em dezembro daquele ano, o vigário da paróquia reunia os habitantes “em uma chapada no alto, em meio de um campo livre de pensão e foro, porque realengo” a fim de realizar os rituais de tomada de posse do terreno da igreja e do futuro arraial. O local encontrava-se próximo a uma fazenda chamada Caveira, propriedade de Estevão dos Reis e de seu sobrinho José Pinto Reis:

Demarcou o dito Reverendo Vigário o espaço preciso para a dita igreja e adro dela, de que tomou posse real, atual, civil e moral, mansa e pacificamente, sem contradições de pessoa alguma, pondo uma cruz no sobredito lugar e, por ser todo o povo contente que no dito lugar se fizesse a sua matriz, todos em círculo dela tomaram posse de chãos, nos quais entraram logo a fazer suas casas, como também nos fez o sobredito Estêvão dos Reis Mota e seu sobrinho José Pinto Reis, circunvalando o dito terreno para que o dito valo dividisse as terras de sua Fazenda da Caveira e o

terreno da Igreja; e outrossim disseram os sobreditos sócios que, caso pertencesse à dita sua fazenda o terreno em que se fazia a Igreja e arraial, eles a davam para a dita Igreja, como mais davam as suas restingas de mato ou capoeira, que estão de uma outra parte aos dois córregos de água, tudo para Nossa Senhora da Piedade, orago da freguesia, a que tudo logo o dito Reverendo Vigário aceitou com a geral aceitação do povo todo, o qual fez com efeito no dito terreno em círculo da Igreja suas casas, para mais justamente assistirem à Igreja, guarda e culto do Santíssimo Sacramento e celebrações dos Divinos Offícios, cujas casas e obra da Igreja se continuaram por espaço de dois meses.²⁷

Com efeito, as obras da igreja continuaram sendo financiadas através de contribuições dos fregueses e, principalmente, de donativos mais vultosos de alguns ricos fazendeiros da freguesia da Borda do Campo.²⁸ Contudo, a construção do arraial seria logo interrompida por Estevão dos Reis e José Pinto Reis. A exemplo dos fazendeiros de Santana do Paraopeba, mencionados acima, os Reis obtiveram a concessão de uma sesmária que englobava o terreno da igreja matriz e procuraram impor suas regras aos habitantes.

Segundo a petição dos fregueses, após demolirem as casas do arraial nascente, os dois fazendeiros proibiram a abertura de vendas e lojas no arraial: além disso, os suplicantes deveriam se comprometer a abandonar o local se os proprietários considerassem que a povoação prejudicava seus interesses.²⁹ A população recorreu ao governador Gomes Freire, explicando que

todo o proposto era contrário ao bem público, porque os moradores do dito arraial se não podiam conservar sem lojas, e vendas públicas por não haver na freguesia ou sua vizinhança outro arraial com lojas e vendas a que pudessem recorrer os moradores para comprar os gêneros de que carecem para sua sustentação (...).³⁰

Os fazendeiros, então, mudaram as regras: as lojas ou vendas seriam autorizadas, desde que só vendessem produtos provenientes das fazendas da família Reis. Os moradores rejeitaram a proposta, dizendo que os fazendeiros fixariam preços “excessivos” para os seus mantimentos. Desta vez, os fregueses de Borda do Campo recorreram diretamente à Coroa, afirmando que tais exigências eram “contra toda a razão, direito e regalia que devem ter todos os arraiais, porque toda a sua conservação depende de

comércio livre e geral, porque do contrário se seguem não só vários absurdos, mas o não poder subsistir cidade, vila, ou lugar, nem aumentar-se sem o dito comércio”.³¹

Em sua petição, eles pedem a intervenção do rei enquanto “senhor de todas as terras das Minas, por serem do padroado”, e lembram que a construção do arraial era uma “obra pia, santa e em utilidade pública” e, portanto, o interesse particular não deveria prevalecer. Acrescentam que a igreja situa-se em um local isolado e “medonho, com gentio muito perto, e negros calhambolas”.³² Por fim, os suplicantes argumentam que tal isolamento era contrário às “constituições” – referindo-se às *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. De fato, tais leis recomendavam que não se fundassem capelas “em lugares ermos e despovoados”³³ e que as igrejas paroquiais fossem sempre erigidas “em lugar povoado, onde se estiver o maior número dos fregueses”.³⁴

No caso da freguesia da Borda do Campo, o vigário não tinha acomodações junto da igreja, e não podia assim “mais prontamente acodir aos sacramentos” – ainda mais que os fregueses também viviam muito afastados da matriz. Além disso, quando o padre precisava sair para administrar a comunhão aos enfermos e moribundos, não havia suficientes “irmãos da confraria” ao seu lado, o que constituía mais um desrespeito às leis eclesiásticas: “sucendendo muitas vezes sair, além de tarde da noite, com grande indecência, por se acharem apenas duas pessoas que o acompanham, o que tudo é contra o serviço de Deus, e de Vossa Majestade”.³⁵

Em maio de 1747, o rei enviava uma ordem ao governador Gomes Freire, a quem caberia examinar o problema:

Atendendo às justas causas que alegam na sua súplica, e sendo visto o seu requerimento, e o que nesta matéria respondeu o Procurador da minha Coroa, me pareceu ordenar-vos que informando-vos do que há nesta matéria e parecendo-vos conveniente o estabelecimento deste arraial, mandeis demarcar o espaço para ele, determinando o sítio das casas e das ruas, com reflexão ao que pode aumentar-se a povoação, que não será justo que depois se hajam de demolir as casas para a boa regularidade, e examinando os títulos do possuidor do dito espaço, informeis com vosso parecer se lhe deve ser remunerado e qual deve ser a remuneração.³⁶

Obedecendo às ordens régias, em 6 de julho de 1748, o governador mandava publicar um edital, que deveria ser fixado na porta da igreja da Borda do Campo – a qual, naquele momento, estava ainda longe de ser acabada, compondo-se somente da capela-mor.³⁷ Neste edital, Gomes Freire exigia que “todas as pessoas que se sentissem prejudicadas no estabelecimento do dito arraial apresentassem na sua secretaria, dentro de um mês, os títulos porque pretende embaraçar a ereção do dito arraial”.³⁸

Quase dois anos se passaram antes que o governador prestasse contas a Lisboa sobre suas providências e sobre as conclusões a que chegara. Em março de 1749, ele informava ao rei que tomara o partido dos fazendeiros, pois havia constatado que Estevão Reis, de fato, possuía os títulos de sesmaria das terras nas quais se encontrava a igreja; além disso, apesar dessa posse legítima, o fazendeiro se dizia pronto a negociar:

Convinha o dito Estêvão dos Reis em dar de graça terreno para as casas e quintal do vigário, e sacristão, e para se fazerem a procissão, e recolherem-se da chuva as pessoas que viessem à missa tendo cobertas levantadas em pilares para recolher suas bagagens, e ainda mais algumas moradas de casas, com a cláusula de não terem nelas vendas, e sendo seus habitantes alfaiates, barbeiro, ferreiro e semelhantes ofícios, e não querendo os suplicantes aceitar esta doação, lhe mostrou o senhorio da terra [que, se consentisse] em vendas naquelas terras, perdia todo o lucro da fazenda, pois as frutas que colhe não teriam saída, e assim que para fazer o arraial era o único meio o referido, ou comprarem-lhe os suplicantes a sua fazenda, e formarem a povoação como senhores dela; e para que se conhecesse quanto era sincera a sua oferta, se prometia (...) que por uma e outra parte se metessem Louvados que amigavelmente julgassem o preço [que] se lhe devia dar (...). Parece-me não estar em termos de se formar arraial sem ser atendido o prejuízo do suplicado. Vossa Majestade mandará o que for servido.³⁹

Assim, exatamente como ocorrera em Nazaré, o dono das terras queria ser o único a explorar o ponto de venda estratégico. Pensava, sem dúvida, que a construção da povoação naquele local interessava, sobretudo, aos outros fazendeiros da vizinhança, que também queriam vender o produto de suas roças. De fato, os

“suplicantes” eram, provavelmente, os mesmos proprietários que haviam se mostrado tão generosos ao financiar uma parte das obras da matriz. A formação de um arraial ao lado da estrada do Rio de Janeiro, no qual se pudesse exercer um comércio “livre e franco” seria, com efeito, a solução ideal para o escoamento da produção destas fazendas.

O projeto merecia, portanto, ser levado adiante, e os “principais” da freguesia da Borda do Campo protestaram uma vez mais junto ao governador – que, segundo alguns historiadores, já andava exasperado com a contenda e terminaria por se desinteressar do caso.⁴⁰ Somente em 1753 a questão seria solucionada, após um parecer enviado a Lisboa por Tomás Ruby de Barros Barreto, antigo ouvidor do Rio das Mortes. Em seu relatório, datado de 15 de maio, ele afirma ter sido testemunha de todos os fatos expostos na súplica dos habitantes da Borda do Campo. Segundo o magistrado, os terrenos sobre os quais os fregueses desejavam construir o arraial estavam, de fato, incluídos nas propriedades de Estevão dos Reis Mota, mas se tratava de uma sesmaria “infrutífera, por ser campos que o suplicado nunca cultivou”. Além disso, na época em que os requerentes haviam começado a erigir a igreja matriz e o arraial, Sua Majestade ainda não havia confirmado a concessão da sesmaria. Tomás Ruby Barreto considerava, portanto, que o pedido dos moradores merecia ser atendido, por diversas razões:

Será muito útil ao serviço de Deus, e aos vassalos de V. Majestade e viandantes do caminho das Minas, que no mesmo sítio se edifique um novo arraial com o qual ficarão cessando os justos receios de ser roubada aquela igreja, por estar em lugar ermo, e sem vizinhança; e com ela se administrarão os sacramentos com mais decência e mais prontidão, do que se utilizarão os viandantes de todos os gêneros que se venderem no dito arraial.

E não fica sendo de menos utilidade aos moradores da mesma freguesia, que nos dias de preceito vêm satisfazer a ele com suas mulheres, filhos e mais família, de cinco, seis e mais léguas, e muitas vezes o não fazem por falta de casas, em que possam reparar-se das chuvas e mais incomodidades do tempo, e pela mesma causa, deixam de fazer os ofícios da Semana Santa e outros muitos, o que assim não aconteceria se houvesse o arraial (...).⁴¹

Quanto às queixas de Estevão dos Reis, o ouvidor propunha uma solução:

Se Vossa Majestade, de equidade, quiser atender a algum prejuízo que possa resultar ao suplicado a ereção do dito arraial, pode ordenar ao Ministro a quem Vossa Majestade encarregar a diligência, faça avaliar o terreno com atenção ao prejuízo, e que a este logo satisfaçam os moradores que no dito sítio quiserem fazer casas, demarcando-se, para estas, terrenos com proporção à qualidade e quantidade das pessoas e famílias (...).⁴²

O Conselho Ultramarino decide não adotar a sugestão: ao invés de providenciar uma indenização para o proprietário, ele preconiza a revogação da concessão da sesmária de Estevão dos Reis, ao mesmo tempo que autoriza a construção das primeiras casas do arraial – o qual receberia o nome de “Igreja Nova”.⁴³

No início do século XIX, Auguste de Saint-Hilaire deixava o Rio de Janeiro para sua primeira “viagem ao interior do Brasil”. Para chegar à célebre região das Minas, ele trilharia o mesmo caminho que, há meio século, havia sido percorrido pelo ouvidor Costa Matoso, e atravessaria a Vila de Barbacena, antigo arraial da Igreja Nova. No início do trajeto, o viajante mostrou-se surpreso ao constatar uma ocupação rarefeita nas margens de uma estrada de tal importância. No entanto, seu espírito perspicaz encontraria rapidamente uma explicação para o fato: “Enormes extensões de terras foram concedidas aos mesmos indivíduos, e há alguns que possuem três ou quatro léguas ao longo da estrada.”⁴⁴

Com efeito, assim que penetrou nas Minas, Saint-Hilaire percebeu com clareza as especificidades da ocupação do território mineiro. Ao contrário do que havia constatado na capitania do Rio de Janeiro, em Minas Gerais, as paróquias rurais não se compunham exclusivamente de uma igreja isolada, por entre propriedades agrícolas esparsas: todas as igrejas matrizes mineiras situavam-se em *villages*, ou seja, em arraiais. A explicação encontrada pelo viajante é bastante convincente:

Nas partes mais afastadas do interior [Minas Gerais], não há paróquia sem povoado [*village*], e a razão dessa diferença pode ser, parece-me, determinada de forma plausível. Em torno do Rio de Janeiro, as terras são mais subdivididas do que em outras zonas; cada porção de terreno tem seus habitantes e, quando há um número suficiente de pessoas numa região, forma-se uma paróquia.

Ninguém se encontra demasiadamente distante da igreja a ponto de não poder, rapidamente, chegar até ela e, como as vendas, onde a população se abastece dos gêneros mais necessários, estão dispersas à beira de todos os caminhos, cada proprietário sempre pode contar com alguma nas proximidades de sua fazenda: conseqüentemente, não há nenhuma razão para que se forme um grupo de casas em torno da igreja, mais do que em outro lugar qualquer.

O mesmo não ocorre nas províncias centrais, onde as habitações estão muito afastadas umas das outras. Além da moradia ordinária, cada agricultor quis ter outra, próxima à igreja, onde sua família pudesse repousar após o longo caminho percorrido para assistir ao serviço divino, onde pudesse receber seus amigos e, enfim, tratar de negócios com os vizinhos ali reunidos. Os artesãos, os comerciantes, os estalajadeiros naturalmente também buscaram se aproximar do lugar no qual se reuniam os proprietários, e foi assim que se formaram, em sua maioria, os povoados [*villages*] do interior cuja origem não está associada à presença do ouro.⁴⁵

Saint-Hilaire observa ainda que, em diversos arraiais de agricultores de Minas, as casas só eram ocupadas nos dias de culto. São os povoados que, um século mais tarde, o geógrafo Pierre Deffontaines chamaria, poeticamente, de “vilas de domingo”.⁴⁶

Uma das circunstâncias mais características desse país é a frequência de cidades nascidas do isolamento, como um resultado direto da extrema dispersão da população rural. A maior parte dos habitantes do Brasil vive em suas próprias terras, bastante separados uns dos outros, numa economia quase fechada. Essa grande solidão os incita a organizar lugares em que possam se reunir com finalidades sociais.⁴⁷

É provável que Deffontaines tivesse razão ao afirmar que a necessidade de sociabilidade era mais determinante do que fatores de ordem econômica na gênese dos povoados rurais brasileiros. No entanto, é preciso ter em mente o fato de que, em Minas Gerais, somente os arraiais situados em locais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e de serviços – como Nazaré e Igreja Nova – permaneciam realmente ativos durante a semana. Se é verdade que estas povoações não ficavam totalmente “desertas” nos outros dias, também é certo que era nos domingos, bem

como nas principais festas religiosas, que eles se animavam.⁴⁸ A função religiosa pode, portanto, ter sido o principal impulso para a criação de estabelecimentos humanos mais densos nas áreas rurais; porém, a função comercial e os serviços foram essenciais para a vitalidade e a “urbanidade” destes povoados.

Notemos, contudo, que a situação favorável ao comércio das duas localidades mencionadas suscitou conflitos de interesses entre os proprietários de terras e os pretensos futuros habitantes do arraial. Assim, ao invés de favorecer o processo de concentração demográfica em torno das capelas, num primeiro momento, a vocação comercial destes lugares provocou um atraso no processo de urbanização.

A FORMAÇÃO DOS ARRAIAIS MINEIROS

Se, nas zonas rurais, as capelas e os arraiais eram construídos sobre as terras de sesmarias, cedidas pelos fazendeiros, poder-se-ia concluir, apressadamente, que nas regiões mineradoras, os patrimônios religiosos originavam-se sempre nas concessões de terrenos auríferos – as datas minerais. Ainda que alguns exemplos possam confirmar esta hipótese, o processo de gênese dos arraiais mineradores revela-se bem mais complexo, pois, ao invés de um só tipo de propriedade, ele esteve condicionado por estruturas fundiárias híbridas.

POSSE E USO DA TERRA NAS ZONAS MINERADORAS

Como já foi lembrado, a maioria das unidades produtivas de Minas era mista – simultaneamente mineradora e agrícola. De fato, se nem todos os fazendeiros possuíam datas minerais, a maior parte dos proprietários de lavras de ouro tinha também terras de sesmarias, que podiam ser contíguas ou não às datas. Tal coexistência de atividades econômicas verificou-se em Minas desde os primeiros anos do século XVIII. Segundo Diogo de Vasconcelos, após os períodos de fome que provocaram o abandono de muitas minas, Artur de Sá e Menezes, governador do Rio de Janeiro, percorreu a região aurífera e mandou que exploradores plantassem “cereais e legumes, ao pé dos seus lavradores de ouro, afiançando com esta medida a estabilidade dos arraiais”.⁴⁹

Segundo o mesmo autor, a capitania de Minas Gerais formara-se em um “sertão bravio e devoluto”, onde todas as terras eram consideradas como pertencentes à Coroa portuguesa. Nesta região, as datas minerais constituíram a primeira forma legal de apropriação fundiária: durante os primeiros tempos, as moradias dos mineradores, bem como suas “roças de mantimentos” teriam sido implantadas sobre os terrenos das explorações auríferas, “e assim nasceram as povoações junto às capelas, que erigiram”.⁵⁰

Esta explicação é bastante plausível. Lembre-se que os terrenos auríferos não eram absolutamente estéreis “de tudo o que se há mister para a vida humana”, como havia escrito o jesuíta Antonil.⁵¹ Tal equívoco decorria “da crença então generalizada de que os lugares que dão ouro não hão de dar outra coisa, senão falharia nisto a Divina Providência que distribui equitativamente seus favores e bênçãos”; ou seja, as terras das quais se extraía ouro não poderiam produzir outras riquezas.⁵² A realidade, porém, era bem diferente, conforme demonstraram Carlos Magno Guimarães e Liana Reis:

Aqui é necessário que se leve em conta dois aspectos importantes: por um lado, o fato de que a agricultura mineira do século XVIII estava perfeitamente adaptada às condições de fertilidade e relevo existentes da capitania; por outro lado, junto a uma lavra podia se estabelecer uma lavoura, mesmo porque não há homogeneidade na formação do terreno na área das minas. Esta falta de homogeneidade reflete a existência de terras agricultáveis mesmo nas áreas em que predomina um tipo de terreno não adequado à agricultura.⁵³

Além deste “mito da infertilidade” das terras mineradoras, desconstruído pelos autores, existe outro lugar-comum que serviu para corroborar antigas teses a respeito da pobreza da agricultura em zonas auríferas: a pequena extensão das datas minerais. Esta ideia provém de uma interpretação errônea da legislação, que convém elucidar.

O “Regimento dos superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados nas minas de ouro”, de 19 de abril de 1702, foi a primeira legislação mineradora verdadeiramente aplicada em Minas Gerais, e a maior parte dos seus artigos vigorou durante muito tempo. Na obra de Paul Ferrand encontramos uma síntese dos seus pontos principais:

Quando um ribeiro aurífero acabava de ser descoberto,⁵⁴ o guarda-mor começava por determinar seu comprimento em braças; em seguida, repartia-o em datas quadradas de 30 braças (66 metros) de lado, ou 900 braças quadradas (4.356 metros quadrados) da seguinte forma: ao descobridor caberia uma primeira data no local por ele escolhido; a segunda, também bem escolhida, era reservada à Coroa; a terceira também era atribuída ao descobridor, desta vez na qualidade de minerador, no ponto que melhor lhe conviesse (...); em seguida, cada minerador que possuísse ao menos doze escravos recebia uma data, escolhida por sorteio; os que possuíssem um número inferior de escravos recebiam uma superfície quadrada de 2,5 braças de lado (5,5 metros de lado) por cada cabeça de negro.⁵⁵

Na legislação portuguesa, as medidas lineares eram geralmente estipuladas em braças,⁵⁶ e as superfícies indicadas pela expressão “braças em quadra”, o que dá margem à confusão. Com efeito, alguns historiadores tomaram por uma superfície quadrada o que, na realidade, era uma medida linear – correspondente a um lado do quadrado. Assim, a concessão do descobridor (bem como a dos mineiros que possuíam um mínimo de 12 escravos) media trinta braças em quadra, o que corresponde a 4.356 m² (66 m x 66 m), e não a 66 m², como já se escreveu.⁵⁷ Trata-se de uma superfície que, embora reduzida quando comparada às que eram concedidas através do sistema sesmarial, permitia o cultivo de hortas e pequenas roças de subsistência.

É o que se percebe em algumas das raras representações cartográficas setecentistas de arraiais mineiros disponíveis. Os mapas de São Sebastião, de São Caetano e do Sumidouro – localidades situadas à margem do rio de Nossa Senhora do Carmo, a jusante de Mariana – datam de 1732, e foram atribuídos ao jesuíta Diogo Soares (Figuras 9.1 e 9.2). Segundo tais desenhos, além da matriz, estas povoações compunham-se de um pequeno número de casas inseridas em parcelas ou lotes que, a julgar pelas convenções gráficas utilizadas, continham pomares e hortas.⁵⁸ Se estes documentos não nos permitem afirmar, com certeza, que tais lotes correspondem às datas minerais, eles sugerem, pelo menos, uma situação de contiguidade entre moradias, culturas de subsistência e lavras de ouro – estas últimas estando indicadas explicitamente no detalhe do mapa de São Caetano (Figura 9.2).

Outro fato importante a ser lembrado é o de que alguns mine-
radores conseguiram obter terrenos maiores do que as datas de
trinta braças em quadra (4.356 m²). Por um lado, as concessões
eram proporcionais ao número de escravos do concessionário
e, embora fossem minoritários, havia senhores de minas com
plantéis de mais de 12 escravos. Por outro, os mineradores mais
ricos e influentes não só possuíam datas auríferas maiores, mas
também conseguiam acumular muitas destas concessões, em
detrimento dos pequenos proprietários de escravos.⁵⁹

Segundo Paul Ferrand, o guarda-mor mantinha um livro,
rubricado pelo superintendente, no qual anotava o nome e a
localização de todos os ribeiros e córregos auríferos, com a
data da sua descoberta e da divisão das terras, sua superfície,
os nomes dos respectivos proprietários, bem como os limites e
marcos físicos colocados; a partir destes dados se fazia uma ata,
assinada pelo guarda-mor e por cada um dos mineradores que
recebiam uma data.⁶⁰ Um registro de datas minerais da região de
Sabará do início do século XVIII indica que cinquenta minera-
dores receberam, cada um, uma data de trinta braças em quadra,
enquanto três obtiveram datas maiores (aproximadamente cin-
quenta braças em quadra), e, por fim, quatro deles conseguiram
mais de um terreno, cada qual medindo trinta braças em quadra.⁶¹
Um deles, o licenciado João de Lima, teve direito a dez datas de
trinta braças em quadra, ou seja, a uma superfície de mais de
43.000 m² às margens do rio.⁶² A lista dos outros beneficiários
das concessões incluía homens com títulos militares (diversos
capitães, dois alferes, um tenente, um sargento-mor, um mestre
de campo), além de dois padres e dois negros forros. Estes
últimos, apesar de sua condição social inferior, receberam ter-
renos de trinta braças em quadra, o que leva a supor que eles
eram os descobridores das minas.

Estes números comprovam que a superfície das datas podia
ser considerável, o que nos autoriza a supor que alguns terrenos
concedidos nos primeiros centros mineradores podiam muito bem
conter roças, moradias e até mesmo as primeiras capelas rústicas
erigidas pelos pioneiros. Porém, seria ingenuidade pensar que, em
território tão extenso e tão pouco controlado, os colonos tivessem
se limitado a ocupar as terras das quais possuíam títulos legais;
como se sabe, foi justamente o contrário que ocorreu.

Num bando de 13 de maio de 1736, o governador Gomes Freire efetuava diversas modificações no regimento das terras minerais de 1702. Um dos principais objetivos desta reforma seria o de evitar apropriações ilícitas de terras em torno dos rios auríferos – então muito comuns, sobretudo nas frentes mineradoras mais distantes e isoladas:

E atendendo aos inconvenientes que tem resultado das chamadas posses, pretendendo-se com a fácil ocupação de mui pequena porção de terra, adquirir a posse de todas as vertentes, de que tem resultado muitas mortes, que ficam sem castigo pelos desertos em que se cometem, além de outras feitas pelo gentio brabo nas partes mais remotas; proíbo, do dia da publicação deste em diante, ninguém lance semelhantes posses, sob pena de duzentas oitavas, e de se julgarem nulas, e que delas não resulte posse alguma na terra imediata, e que fica dentro das mesmas vertentes; e querendo alguma pessoa povoar, ou lançar roças nas extremidades não povoadas deste governo, o não possam fazer sem licença minha, ou de meus sucessores por escrito, que fique registrada na Secretaria, a qual se concederá, ou se negará, segundo for conveniente à utilidade pública, e serviço de Sua Majestade.⁶³

Evidentemente, o bando expedido por Gomes Freire não impediu que os terrenos próximos às margens dos rios auríferos continuassem a ser ocupados clandestinamente pelos colonos: os títulos de sesmária eram quase sempre emitidos *a posteriori*, servindo apenas para legalizar as posses já efetivadas. No início do século XIX, o barão Wilhelm Ludwig von Eschewege observava que as apropriações ilícitas jamais haviam cessado, tanto no interior quanto no exterior das zonas auríferas. O mineralogista alemão descreve assim o método empregado pelos habitantes de Minas Gerais:

Eis como se lançavam as posses: o pretendente dirigia-se à região ainda despovoada e escolhia uma faixa de terra. Escolhida esta, fazia, então, em uma árvore que encontrasse à margem de um rio ou córrego, os sinais de posse de todo o tereno que se estendia até as nascentes do mesmo rio ou córrego. Deste modo, muitos se apossaram de faixas de 10, 20 e mesmo 50 léguas quadradas e passaram a impedir a posse de outros e a cultura dos terrenos, o que dava origem a permanentes conflitos. Apesar da lei [o bando de Gomes Freire], o abuso cresceu ainda mais, sobretudo

nos sertões próprios para a criação de gado, onde eu mesmo tomei posse, pelo modo indicado, de nove léguas quadradas de terreno, utilizando o mesmo método.⁶⁴

Durante os primeiros anos do século XVIII, estas apropriações eram usuais nos principais centros mineradores, como São Caetano, São Sebastião e outras localidades às margens do Ribeirão do Carmo. Diogo de Vasconcelos menciona diversos exemplos de mineradores poderosos que tomaram posse das vertentes dos ribeirões e rios que exploravam: foi o caso, por exemplo, do coronel Salvador Fernandes Furtado, o mesmo que mandou construir as primeiras capelas fixas da região, como vimos na primeira parte deste livro.⁶⁵

Estes e outros dados nos permitem concluir que alguns arraiais mineradores foram criados em terras onde a separação entre datas minerais e terrenos agrícolas era bastante tênue. Em Casa Branca, um dos mais ricos centros de mineração do início do século XVIII, a primeira capela frequentada pelos mineiros não se situava no acampamento, mas numa fazenda vizinha às lavras, pertencente à família Figueiredo Neves. Foi somente em 1719 que as “pessoas principais” do lugar começaram a construir um templo maior, que em 1748 tornou-se a igreja matriz da freguesia de Casa Branca.⁶⁶

SANTO ANTÔNIO DO RIO ACIMA: UMA EXISTÊNCIA AMEAÇADA

O caso de Santo Antônio do Rio das Velhas (ou Santo Antônio do Rio Acima) demonstra que, se, por um lado, as grandes propriedades existentes em torno das capelas e matrizes constituíram, por vezes, o chão dos arraiais, por outro, elas também podiam constituir uma ameaça à perenidade destas povoações. Os conflitos ocorridos nesta localidade na primeira metade do século XVIII sugerem, com efeito, que as questões fundiárias e econômicas dos arraiais de origem mineradora não eram muito distintas das que foram identificadas nas zonas agrícolas da capitania.

Não encontramos nenhum indício da existência de extrações de ouro dentro do próprio arraial; todavia, sabemos que, em meados do século XVIII, ainda havia lavras abertas no território da freguesia de Santo Antônio do Rio Acima.⁶⁷ Esta última pode, portanto, ser considerada como um exemplo paradigmático de

algo que caracterizava as Minas do período: a coexistência e a contiguidade dos terrenos auríferos e das lavouras.

No período que vai de 1735 a 1745, a irmandade do Santíssimo Sacramento, instalada na igreja matriz da paróquia de Santo Antônio do Rio Acima, envia diversas petições aos governadores da capitania e, em seguida, ao rei de Portugal, queixando-se de Matias da Costa Maciel, senhor da “maior parte das terras e contíguos matos”.⁶⁸ Segundo os irmãos, a igreja e o arraial encontravam-se em um terreno bastante acanhado, e, além disso, os habitantes viam-se impedidos, pelo fazendeiro, de retirarem madeiras e lenha e de se servirem de água potável numa nascente situada em suas terras:

Que por esta [igreja] estar sita, com seu arraial, em parte de uma pequena península que forma o Rio das Velhas e um ribeirão chamado da Igreja, apenas com capacidade de uma dúzia de casas, e estas, as mais delas caídas, e outras desamparadas, tanto pelo pouco terreno em que estão fundadas, sobre a ripa do rio (e por isso arruinadas, e ameaçadas pelas inundações) como principalmente por não poderem reedificar e nelas morarem, pelo grande vexame que Matias da Costa Maciel lhe faz, como mais vizinho imediato e dominador da maior parte das terras e contíguos matos, impedindo-lhes não só as madeiras para os consertos das suas moradas, e da mesma igreja, mas ainda as lenhas, e capins, espancando os negros que encontra com qualquer destes gêneros, e ameaçando os seus senhores, e com tanta eficácia de ódio, que os anos passados mandou botar um valo, com que não só cortou os fundos das casas dos moradores, mas vedou a principal aguada, que por mais limpa, era a que servia ao uso da Igreja, e de alimento aos seus vizinhos, permitindo com este mais odioso (...) impedimento, se precisassem, e a mesma igreja, a se valerem da que corre imunda onde atualmente se lavam roupas, cavalos, e tudo mais que se oferece lavar-se nelas (...) e ainda fez o suplicado botar uma cerca na única passagem que há para a dita aguada, em que pôs uma cancela, e diz há de fechar com uma chave, para ele, e a sua família somente se servir (...).⁶⁹

Segundo a petição, o objetivo do fazendeiro era “fazer com que os vizinhos da dita matriz a desamparem, e a mudem para outra parte, que é todo o intento do suplicado, e o conseguirá”. Ora, a construção da igreja datava de 22 anos, mas os moradores

havia refeito e redecorado o edifício havia somente cinco ou seis anos, “tudo à custa de suas fazendas”; a ideia de uma mudança era, portanto, inconcebível. Mas, por outro lado, a igreja não poderia permanecer no local sem a presença dos vizinhos, pois ficaria “exposta aos insultos dos calhambolas (...) e outrossim sem ter quem acompanhe o Santíssimo, não só de noite, mas ainda de dia, quando vai por viático aos enfermos”.⁷⁰

Os irmãos já tinham tentado resolver o problema de diversas maneiras. Primeiro, haviam enviado intermediários para falar com o fazendeiro:

Mandou pelo seu procurador Antônio Pereira Coimbra falar ao suplicado, que por serviço de Deus, quisesse diminuir uma pequena parte de terra, que em forma de istmo, une a sobredita península ao continente das do suplicado, [que] respondeu que nem dando-lhe mil oitavas de ouro por cada palmo, e a mesma resposta deu ao venerável Padre Fr. Antônio Missionário (...).⁷¹

Em seguida, os suplicantes recorreram ao governador, então Dom Lourenço de Almeida, o qual lhes havia autorizado a aterrar o fosso cavado pelo fazendeiro. Contudo, ninguém se atrevera a fazê-lo, pois Matias da Costa Maciel era um “régulo”, um homem poderoso e violento que ameaçava “cortar pernas, e braços, a quem o intentasse, e ainda agora publicamente diz, que mais fácil lhe será ir exterminado para Índia, do que consentir que lhe tirem lenhas, capins e madeiras de suas terras, e matos”.⁷²

Anos depois, os irmãos do Santíssimo Sacramento relatavam o caso ao governador Gomes Freire de Andrade, e pediam-lhe auxílio:

Pedimos a Vossa Ilustríssima Excelência por serviço do Santíssimo Sacramento se digne proteger não só aos moradores vizinhos da dita matriz, mas principalmente a esta, como mais prejudicada da aflição e vexame (...), mandando-lhe demarcar terra conveniente, e necessária, das supérfluas que o suplicado domina, em que se estabeleçam os vizinhos da dita paróquia, com suas casas, e mais regalias que Sua Majestade que Deus guarde lhes concede. E quando, por abonação desta deduzida e íntegra verdade, seja necessário preceder informação, Vossa Ilustríssima Excelência seja servido mandar tirá-la por pessoa independente, que não seja da mesma freguesia, nem ainda da mesma comarca, e com cautela de segredo, não só examine, e veja o angustiado âmbito

em que se estabelecem as prerrogativas de um paroquial templo de Deus, mas também se informe dos vexames que padecem seus vizinhos, porque as informações que sobre algumas queixas destas tem precedido, todas foram primeiro consultadas com o suplicado, e com afetadas ambiguidades, apoiadas a seu favor pelo temor e respeito que lhe têm (...).⁷³

No entanto, foi somente após a emissão de uma ordem régia que as autoridades da capitania tomaram providências para defender os interesses dos moradores do arraial de Santo Antônio. Em 9 de abril de 1745, o rei encarregava o ouvidor da comarca do Rio das Velhas de solucionar o problema; o magistrado deveria ir pessoalmente até o local, a fim de verificar os títulos de propriedade do fazendeiro e examinar o lugar do litígio. O caso, porém, duraria ainda mais de um ano: em janeiro de 1746, o ouvidor fazia a inspeção das terras e conseguia pôr um ponto final na querela. De fato, ao ver a carta de Sua Majestade, o poderoso Matias da Costa decidira cessar suas bravatas e se comprometera a não mais impedir que os habitantes do arraial acessem ao curso d'água e aos matos situados em suas terras.⁷⁴

Os documentos não fazem nenhuma menção explícita à questão do comércio, mas somos tentados a pensar que o objetivo de Matias da Costa era análogo ao dos fazendeiros de Igreja Nova e de Nazaré: evitar ou eliminar a concorrência. Por um lado, pode-se questionar sobre o porquê da obstinação dos habitantes, que não queriam somente preservar, mas também expandir o arraial. Por outro lado, podemos nos perguntar se suas motivações eram exclusivamente religiosas: as novas casas que pretendiam construir não serviriam também para abrigar vendas e lojas? Uma informação contida no final de uma das petições e que passa quase despercebida corrobora esta suposição: com efeito, os terrenos cobiçados pelos moradores margeavam uma importante via de comunicação, “a estrada geral do Sabará”.⁷⁵

Quaisquer que fossem as verdadeiras intenções dos moradores, o certo é que o projeto de extensão do povoado não se concretizou. Em 1817, Saint-Hilaire descrevia o arraial de Santo Antônio do Rio Acima como uma povoação bastante modesta e nada comercial, apesar de sua proximidade com a estrada de Sabará:

Nesse lugar, o caminho se afasta do Rio das Velhas, aproximando-se do povoado [*village*] de Santo Antônio. Esse povoado tem apenas um pequeno número de casas em mau estado; mas diz-se que suas cercanias já foram ricas em ouro. A vista da parte do povoado onde se situa a igreja é muito agradável. Esse edifício foi construído à beira de um rio, em uma pequena praça coberta de grama e cercada por montes. As casas são esparsas, aqui e acolá, em torno da praça. O morro que, ao fundo da praça, faz frente ao rio, é coberto de árvores e, ao lado, corre um regato que escorre sobre uma larga rocha arredondada.⁷⁶

Embora fosse sede de freguesia, Santo Antônio do Rio Acima não escapou, de fato, ao destino de muitos outros arraiais das zonas auríferas: a estagnação e a decadência. Podemos, portanto, concluir que a função religiosa não era capaz de assegurar, sozinha, a permanência e a vitalidade dos arraiais. Qualquer que fosse a atividade econômica que dera origem a estas povoações, a sua conservação dependia do setor terciário; sem ele, não poderia “subsistir cidade, vila, ou lugar, nem aumentar-se sem o dito comércio”, como haviam observado, com muita propriedade, os habitantes de Igreja Nova.⁷⁷

OS “VERDADEIROS” ARRAIAIS MINERADORES

Em 1750, o morador José Álvares de Oliveira rememorava os primeiros tempos do Arraial do Rio das Mortes, ou Arraial Novo, embrião da Vila de São João del-Rei:

Está a Vila de São João del-Rei no lugar do arraial que teve princípio no ano de 1705, ao qual se deu o nome de Arraial Novo (...). Este pois Arraial Novo, e novo em tudo, não só pelos novos descobrimentos, mas também por se achar ouro em seus morros tanto à flor da terra, que sempre foi novidade ainda para os mineiros mais investigantes, ao pé de um destes e de mais opinião se assentou, da parte do nascente, na vizinhança de um ribeiro que hoje corta a vila pelo meio (...). E o ouro, que agora dos ditos morros e córregos que deles saem se tira com limitação, e assaz dificuldade, então se extraía com tanta facilidade e grandeza, que em breve tempo se fez um arraial de bastantes moradores paulistas e emboabas (...).⁷⁸

Em exemplos como o da Casa Branca, ou mesmo São Caetano (Figura 9.2), não é fácil ter certeza se o arraial foi, originalmente, construído sobre datas minerais ou sobre terras adjacentes. Por outro lado, no caso do Arraial Novo, não cabe nenhuma dúvida: a povoação constituiu-se nos próprios terrenos das lavras de ouro. Além do relato que acabamos de citar, outros testemunhos são ainda mais explícitos e serão mencionados adiante.

Tudo leva a crer que tal superposição de moradias e datas minerais ocorreu nos casos em que, devido à conformação e à riqueza dos depósitos e veios auríferos, a ocupação se fez de forma muito rápida e ampla, sem se restringir às margens dos rios. Os arraiais onde foram criadas as vilas de São João del-Rei, Vila Rica, Vila do Carmo (Mariana) e Pitangui, concentravam um grande número de mineradores, que logo descobriram que as jazidas mais ricas não estavam nos leitos e tabuleiros dos rios – onde, de toda forma, os depósitos logo se esgotavam –, mas nos flancos dos morros em torno, onde também foram distribuídas datas minerais. Consequentemente, estes pioneiros não puderam “lançar posses” sobre os vastos terrenos margeando os rios, e os grandes proprietários agrícolas acabaram por se estabelecer a uma certa distância dos arraiais de mineração.

Em alguns documentos, os mineradores justificam o fato de morarem em suas lavras devido à necessidade de supervisionar o trabalho dos escravos e de proteger seus filões da cobiça alheia. Foi o caso, por volta de 1750, dos habitantes do Morro de Santana, centro minerador situado ao norte de Mariana:

A necessidade os obrigou a fazer [suas casas] ao pé dos seus serviços, assim para se abrigarem com seus escravos das inclemências do tempo, e guardarem suas fábricas de minerar, como para de mais perto assistirem aos ditos serviços, e escravos (...) ao mesmo tempo que acabando-se os serviços, ou não tendo conta a fiskeira, os deixam para buscarem outras paragens, perdendo as casas com as despesas que nelas tem feito, sem se isentar das outras que de novo fazem na paragem para onde se mudam.⁷⁹

Tais práticas eram aprovadas pelas autoridades coloniais, que tentavam impedir as apropriações ilícitas de terras. É o que podemos constatar através do exame de uma legislação proposta em 1758 por Francisco Ângelo Leitão, ouvidor e superintendente da

comarca de Vila Rica, em substituição ao “Regimento de superintendentes” de 1702. Um dos artigos estipula que os ranchos dos mineiros tinham que ser feitos “só nos limites de sua concessão”. Além das datas minerais, eles não poderiam ter mais “logradouro e servidão do que fosse necessário para o uso de minerar”, ou seja, só podiam utilizar outros terrenos para extrair madeira ou para ali depositar a terra e os “despejos”. Tal posse só poderia ser, portanto, “interina, durante a lavoura das terras, e bem assim se poderá valer das madeiras que lhe forem precisas, do mesmo modo que os moradores das Cidades, Vilas e Arraiais costumam lograr-se dos matos vizinhos”.⁸⁰

Se não nos faltam referências sobre ranchos estabelecidos em datas, por outro lado dispomos de poucos exemplos documentados sobre as igrejas e capelas que teriam sido erguidas nestes terrenos auríferos. Não estamos levando em consideração, neste caso, as “freguesias móveis” do início da ocupação das minas; conforme vimos, estas últimas tinham, à guisa de igreja matriz, altares ambulantes ou oratórios improvisados, construídos com galhos e bambu trançado, os quais, segundo testemunhos coevos, eram instalados nos próprios terrenos dos habitantes.⁸¹ O que nos interessa presentemente são as muitas capelas e igrejas fixas e feitas para durar, que foram instituídas por autoridades episcopais – cuja distribuição espacial e temporal foi analisada no segundo capítulo.

Ora, tais edifícios, reconhecidos e oficializados pelos bispos, possuíam, pelo menos teoricamente, um patrimônio fundiário; a questão é saber qual seria a sua origem. Os terrenos cedidos para a construção das capelas e seus patrimônios também fariam parte das datas minerais?

Encontramos apenas um exemplo que permite responder afirmativamente a esta pergunta: o da capela de São Gonçalo, que foi o segundo edifício religioso erguido no arraial de Nossa Senhora do Carmo (Mariana). A data precisa da fundação da ermida é desconhecida, mas os historiadores locais situam-na por volta de 1720. Tais autores citam documentos que provam que ela fora “construída e paramentada com ouros e dinheiros” do capitão Manuel Cardoso Cruz. Este minerador teria, ainda, constituído o patrimônio da capela, ao doar “algumas casas situadas em sua lavra”,⁸² as quais foram provavelmente alugadas a fim de gerar fundos para a manutenção da capela.⁸³

Contudo, as lavras do capitão ainda estiveram ativas por vários anos. Assim, para que se pudesse continuar a explorar o filão que se estendia sobre o morro de São Gonçalo, foi necessário demolir as moradias que ele havia cedido ao santo padroeiro da capela, o que ele fez sem hesitação. Mais tarde, a viúva do capitão construiria outras casas, vizinhas à sua, a fim de reconstituir o antigo patrimônio da capela, segundo um auto datado de 3 de dezembro de 1761.⁸⁴

Tais demolições eram tão comuns nos arraiais mineradores que foram previstas na legislação acima citada:

Quem descobrir beta, veeiro ou mancha de ouro, a poderá seguir, ainda que exceda sua demarcação, contanto que este terreno de fora não esteja repartido a outro mineiro. E do mesmo modo, remetendo a formação para debaixo de algum edifício, ou propriedade, se de outra forma não puder extrair-se o ouro sendo com a sua demolição, antes dela caucionará o mineiro o justo valor da propriedade, por avaliação e estimação de louvados em quem as partes convierem.⁸⁵

Devido a estas práticas, os arraiais mineradores apresentavam um aspecto bastante desordenado e caótico. Era o caso da Vila de São João del-Rei na época de sua criação, conforme observa, em 1717, um membro da comitiva do conde de Assumar.

Saiu Sua Excelência a ver a vila, que podendo ser a mais bem tratada, digo, plantada das Minas, é das piores, por ter quase todas as casas de palha, e umas muito separadas das outras, e juntamente pelas lavras de ouro, que ficam tão perto delas, que hoje se fazem, amanhã se botam em terra para trabalhar, o que causa toda a irregularidade, e não sucederia isto se aqueles moradores as fabricassem em um plano, onde está situada a Igreja, adonde não há ouro (...).⁸⁶

Em 1713, foi sobre esta planície, afastada dos terrenos auríferos, que Dom Brás Baltazar mandara erguer o pelourinho, seguindo o rito tradicional de fundação de vilas. Segundo as recomendações do governador, a vila de São João del-Rei deveria, a partir de então, desenvolver-se em torno deste símbolo municipal, abandonando os terrenos movediços das lavras de ouro. Como veremos a seguir, tais determinações não seriam

obedecidas, pois os mineradores alegavam não ser possível deixar seus serviços sem uma vigilância constante.

Não obstante, a criação da vila conferiu a estes mineradores vantagens consideráveis, sobretudo quando se leva em conta as dificuldades experimentadas pelas populações de certos arraiais. Estes, como vimos, não tinham muitas “regalias”: os terrenos circunvizinhos sempre pertenciam a um particular, que poderia se mostrar generoso ou intransigente em relação às reivindicações dos moradores. Os habitantes das vilas não enfrentavam, pelo menos teoricamente, este tipo de problema, pois tinham o direito de utilizar as reservas de madeira e as pastagens comunais incluídas no rossio, o patrimônio fundiário da municipalidade.

**As imagens a seguir correspondem ao
Capítulo 9, originalmente reunidas ao final da
terceira parte desse livro.**

pp. 572-573

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura 9.1 – Planta do arraial de São Sebastião (1732). Os três mapas atribuídos ao padre Diogo Soares mostram implantações típicas das povoações de Minas, com seus traçados lineares e igrejas dispostas no centro das praças, ou no alargamento de vias (doc. AHU).

Figura 9.2 – Planta do arraial de São Caetano (1732). Observar a lavra de ouro representada abaixo do título (doc. AHU).

As notas a seguir correspondem ao Capítulo 9, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 655-659

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

TERCEIRA PARTE
ESPAÇOS E PAISAGENS URBANAS
GÊNESE, INTERVENÇÕES E REPRESENTAÇÕES

¹ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 15.

CAPÍTULO 9

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A GÊNESE
DOS ESPAÇOS URBANOS

¹ LIMA JÚNIOR. *A capitania de Minas Gerais*; FRANCO. *Desenvolvimento da civilização material do Brasil apud* ZEMELLA. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, p. 163.

² ZEMELLA. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, p. 162.

³ VASCONCELLOS. *Vila Rica*; VASCONCELLOS. Formação urbana do arraial do Tejuco.

⁴ VASCONCELLOS. Formação das povoações de Minas Gerais.

⁵ MARX. Arraiais mineiros, p. 389-393.

⁶ ABREU. A apropriação do território no Brasil colonial, p. 197-245; FRIDMAN. *Donos do Rio em nome do rei*.

⁷ MARX. *Cidade no Brasil*. Destaquemos que esse autor também foi o primeiro a explorar as leis eclesiásticas – as “Constituições primeiras do arcebispo da Bahia” – como fonte para o estudo do processo de formação dos espaços urbanos em torno das igrejas e da morfologia das cidades coloniais.

⁸ MARX. Arraiais mineiros, p. 389-393.

⁹ Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais (CÓDICE Costa Matoso, p. 891).

¹⁰ Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais. (CÓDICE Costa Matoso, p. 893).

¹¹ Trata-se, provavelmente, do lugar hoje chamado Paula Lima, anteriormente “Chapéu d’Uvas”, no município de Juiz de Fora. Embora o ouvidor afirme que a capela funcionasse como matriz em 1749, a “freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato, no lugar do Chapéu d’Uvas” só foi oficialmente instituída pelo bispo em 1764, e declarada colativa pelo alvará régio de 1810 (TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 110).

¹² Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais (CÓDICE Costa Matoso, p. 894).

¹³ VISITAS pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 199.

¹⁴ Ver os numerosos casos estudados por: DA MATA. *Chão de Deus*.

¹⁵ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 356-357.

- ¹⁶ BLUTEAU. *Vocabulário português e latino...*, t. V.
- ¹⁷ BLUTEAU. *Vocabulário português e latino...*, t. V.
- ¹⁸ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 38-39.
- ¹⁹ *RAPM*, IV, 1899, p. 217.
- ²⁰ VISITAS pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 228. Notemos que o bispo, originário da cidade do Porto, não utiliza a palavra aldeamento no sentido que o termo tinha adquirido na colônia (o de grupo de índios “civilizados”), e sim de acordo com o significado que tinha no Reino: o aldeamento era, neste caso, a ação de constituir uma aldeia, uma pequena aglomeração rural.
- ²¹ VISITAS pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 228.
- ²² Petição datada de 3 de março de 1802 (AHU, cx. 162, doc. 9).
- ²³ Trata-se da atual cidade de Nazareno. Ver: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 217-218.
- ²⁴ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 217-218.
- ²⁵ APM, SC 45, fl. 20v.
- ²⁶ Documento citado em: MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, v. 2, p. 246.
- ²⁷ Documento incluído nos livros da freguesia (“Livro de contas de receita e despesa das obras da Igreja Nova Matriz da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campolide”), citado em: MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, v. 2, p. 269-270.
- ²⁸ “Livro de contas de receita e despesa das obras da Igreja Nova Matriz da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campolide”, citado em: MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, v. 2, p. 269-270.
- ²⁹ Transcrição das petições dos habitantes da paróquia de Borda do Campo, sem data (AHU, cx. 62, doc. 30).
- ³⁰ Transcrição das petições dos habitantes da paróquia de Borda do Campo, sem data (AHU, cx. 62, doc. 30).
- ³¹ Transcrição das petições dos habitantes da paróquia de Borda do Campo, sem data (AHU, cx. 62, doc. 30).
- ³² Transcrição das petições dos habitantes da paróquia de Borda do Campo, sem data (AHU, cx. 62, doc. 30).
- ³³ MONTEIRO DA VIDE. *Constituições primeiras do arcebispado da Babia*, livro quarto, título XIX, parágrafo 687.
- ³⁴ MONTEIRO DA VIDE. *Constituições primeiras do arcebispado da Babia*, livro quarto, título XVII, parágrafo 693.
- ³⁵ Petição dos moradores de Borda do Campo, sem data (AHU, cx. 62, doc. 30).
- ³⁶ Transcrição da ordem régia a Gomes Freire, 9 de maio de 1747 (APM, SC 45, fl. 48).
- ³⁷ MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, p. 31

- ³⁸ AHU, cx. 62, doc. 30.
- ³⁹ Carta de Gomes Freire ao rei, 15 de março de 1749. APM, SC 45, fl. 106.
- ⁴⁰ Lima Júnior, “Origens de Barbacena”, *apud* MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, p. 269.
- ⁴¹ Parecer de Tomás Ruby de Barros Barreto, Lisboa, 15 de maio de 1753 (AHU, cx. 62, doc. 30).
- ⁴² Parecer de Tomás Ruby de Barros Barreto, Lisboa, 15 de maio de 1753 (AHU, cx. 62, doc. 30).
- ⁴³ MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, p. 32; BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 42-43.
- ⁴⁴ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, t. I, p. 53.
- ⁴⁵ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, t. I, p. 53-54.
- ⁴⁶ *Sunday towns*, no texto de: DEFFONTAINES. The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns.
- ⁴⁷ DEFFONTAINES. The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns, p. 389-390.
- ⁴⁸ De fato, apreciamos a expressão “vila de domingo” pelo o que ela tem de alusivo, embora seja evidente que ela não deva ser considerada “ao pé da letra”. Acreditamos que Deffontaines utilizou tal expressão como um recurso poético e retórico. Além disso, é importante lembrar que se trata de um ensaio, de um trabalho de síntese. Como notou Sérgio da Mata (DA MATA. *Chão de Deus*, p. 159-162), por um lado, tais povoações “domingueiras” (que não eram, em sua maioria, “vilas” nem muito menos “cidades”, no sentido colonial dos termos) não ficavam totalmente “vazias” nos dias da semana; por outro, não era só nos domingos que elas se animavam, mas também em dias de festas importantes. No relato da viagem do conde de Assumar às Minas (1717) encontramos uma comprovação deste fato: segundo o autor, a Vila de Mogi (capitania de São Paulo) tinha então cerca de duzentas casas, mas era muito “solitária”, porque “todos os moradores vivem nas roças, e só vêm em quinta-feira de Endoenças, e outras festividades do ano” (Diário da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 – *RSPHAN*, p. 306).
- ⁴⁹ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 183.
- ⁵⁰ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 164, 178.
- ⁵¹ ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 379. Carlos Magno Guimarães e Liana Reis demonstraram as contradições presentes no relato de Antonil, que, ao mesmo tempo que afirma que as terras eram estéreis, descreve plantações de milho junto às minas. Ver: GUIMARÃES; REIS. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750).
- ⁵² HOLANDA. Metais e pedras preciosas, *apud* GUIMARÃES; REIS. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750), p. 12.
- ⁵³ GUIMARÃES; REIS. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750), p. 15.

- ⁵⁴ Como observou Paul Ferrand, esta legislação coloca em evidência o fato de que os antigos mineradores começaram por explorar os depósitos de aluviões dos rios, ao invés das jazidas das montanhas, uma vez que somente as primeiras são mencionadas.
- ⁵⁵ FERRAND. *L'or à Minas Gerais*, p. 80-82.
- ⁵⁶ A braça (unidade de medida que Paul Ferrand traduz como *brasse*) corresponde a 2,2 m.
- ⁵⁷ Foi o caso, entre outros autores, de: BARBOSA. *História de Minas*, v. I, p. 54.
- ⁵⁸ Ver: BUENO. A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII, p. 87-116.
- ⁵⁹ SOUZA. *Os desclassificados do ouro*, p. 69.
- ⁶⁰ FERRAND. *L'or à Minas Gerais*, p. 82.
- ⁶¹ “Sabará, datas minerais (1715-1721)”, cód. 1013, “Casa dos Contos”, citado em: LUNA. *Minas Gerais: escravos e senhores*, p. 171 *et seq.*
- ⁶² *Licenciado* era uma pessoa que possuía um diploma (grau de bacharel) em uma universidade, fosse em Medicina ou em Direito (ver o glossário do: CÓDICE Costa Matoso, v. 2, p. 105).
- ⁶³ Ordem de Gomes Freire de Andrade, 13 de maio de 1736 (*RAPM*, I, 1896, p. 711).
- ⁶⁴ ESCHWEGE. *Pluto Brasiliensis*, p. 203, nota 136.
- ⁶⁵ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 180.
- ⁶⁶ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Glaura”, p. 139.
- ⁶⁷ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 281.
- ⁶⁸ Petição não datada, contendo vistos de 18 de junho de 1742 (em Vila Rica) e de 2 de abril de 1745 (em Lisboa) – AHU, cx. 45, doc. 15.
- ⁶⁹ Petição não datada, contendo vistos de 18 de junho de 1742 (em Vila Rica) e de 2 de abril de 1745 (em Lisboa) – AHU, cx. 45, doc. 15.
- ⁷⁰ Petição não datada, contendo vistos de 18 de junho de 1742 (em Vila Rica) e de 2 de abril de 1745 (em Lisboa) – AHU, cx. 45, doc. 15.
- ⁷¹ Petição não datada, contendo vistos de 18 de junho de 1742 (em Vila Rica) e de 2 de abril de 1745 (em Lisboa) – AHU, cx. 45, doc. 15.
- ⁷² Petição não datada, contendo vistos de 18 de junho de 1742 (em Vila Rica) e de 2 de abril de 1745 (em Lisboa) – AHU, cx. 45, doc. 15.
- ⁷³ Petição não datada, contendo vistos de 18 de junho de 1742 (em Vila Rica) e de 2 de abril de 1745 (em Lisboa) – AHU, cx. 45, doc. 15.
- ⁷⁴ “Autos de notificação”, 15 de janeiro de 1746 (AHU, cx. 45, doc. 15).
- ⁷⁵ Requerimento da Irmandade do Santíssimo Sacramento dirigido ao governador (AHU, cx. 45, doc. 15).
- ⁷⁶ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 170.
- ⁷⁷ Transcrição das petições dos habitantes da paróquia de Borda do Campo, sem data (AHU, cx. 62, doc. 30).

- ⁷⁸ História do distrito do Rio das Mortes (...) (CÓDICE Costa Matoso, p. 230).
- ⁷⁹ Petição dos moradores do Morro de Santana (sem data, contendo visto de 1759) (AHU, cx. 149, doc. 41).
- ⁸⁰ “Método que parece ao Ouvidor Superintende das terras e águas minerais da Comarca de Vila Rica para se formar Regimento geral para as repartições dos descobrimentos novos e antigos e boa administração do uso de minerar” (AHU, cx. 73, doc. 4).
- ⁸¹ Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis (...) que sucederam de seu princípio até o tempo que a veio governar o Excelentíssimo Senhor Dom Braz da Silveira” (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 70-71).
- ⁸² TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*; VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*.
- ⁸³ Segundo o livro de contas de uma capela de Vila Rica, os locatários podiam pagar as taxas mensais em ouro ou então “em hóstias e vinho”. Ver: “Rendimentos e despesas da Capela de São João Batista”. APM, fundo Casa dos Contos (CC), cód. 2.088.
- ⁸⁴ TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*; VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*.
- ⁸⁵ “Método que parece ao Ouvidor Superintende das terras e águas minerais da Comarca de Vila Rica para se formar Regimento geral para as repartições dos descobrimentos novos e antigos e boa administração do uso de minerar” (AHU, cx. 73, doc. 4).
- ⁸⁶ Diário da jornada, que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as Minas, ano de 1717 (*RSPHAN*, p. 313).

CAPÍTULO 10

ROSSIOS: FORMAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO MUNICIPAL

- ¹ MAGALHÃES; COELHO. *O poder concelbio das origens às Cortes Constituintes*.
- ² A origem da palavra “sesmaria” está ligada à organização territorial dos concelhos. Para melhor gerir as terras municipais, estas eram divididas em *sesmos* (sextas partes), e cada um deles era chefiado por um *homem bom*, encarregado de fazer a partilha dos terrenos – as *sesmarias* – entre os habitantes (Rau, “Sesmarias medievais portuguesas”, *apud* ABREU. A apropriação do território no Brasil colonial, p. 200.)
- ³ Segundo o dicionário de Raphaël Bluteau, “baldio” é um terreno “não lavrado, nem cultivado” (BLUTEAU. *Vocabulário portuguez e latino...*, t. II).
- ⁴ Também em Portugal nota-se que, na documentação, as distinções feitas pelos juristas entre os diferentes tipos de propriedade fundiária nem sempre eram verdadeiramente seguidas. Ver: SOBRAL NETO. Uma provisão sobre foros e baldios: problemas referentes a terras de “logradouro comum” na região de Coimbra no século XVIII, p. 98.
- ⁵ BLUTEAU. *Vocabulário portuguez e latino...*, t. VII, “Rocio”.